PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Lei de Acesso à Informação – LAI: Transparência Pública, LGPD, Jurisprudência e Inteligência Artificial

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 8 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 30 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Atualização completa em Lei de Acesso à Informação

O curso **Lei de Acesso à Informação – LAI: Transparência Pública, LGPD, Jurisprudência e Inteligência Artificial** oferece uma formação atualizada para servidores públicos, profissionais do Direito, gestores, integrantes de ouvidorias, controladorias, áreas de compliance, transparência, proteção de dados e demais profissionais que atuam com informações públicas. A capacitação aborda os fundamentos constitucionais do direito de acesso, a lei número 12.527/2011, sua regulamentação, abrangência e aplicação prática na Administração Pública.

Transparência, pedidos, recursos e hipóteses de sigilo

O participante compreenderá transparência ativa e passiva, dados abertos, Serviço de Informação ao Cidadão, formulação de pedidos, prazos, respostas, negativas, reclamações e recursos administrativos. O programa também examina classificação, reclassificação e desclassificação de informações, graus de sigilo, acesso parcial, tarjamento, documentos preparatórios, responsabilidades dos agentes públicos, monitoramento da LAI e atuação da CGU e da Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

LAI, LGPD e jurisprudência atualizada

Um dos diferenciais do curso é a análise integrada entre **LAI, LGPD, privacidade, Governo Digital e interesse público**, com estudo de dados pessoais e sensíveis, anonimização, compartilhamento e governança de dados. A formação contempla ainda jurisprudência do STF e do STJ, entendimentos da CGU e decisões relevantes sobre remuneração de agentes públicos, publicidade, sigilo e proteção da intimidade.

Inteligência Artificial aplicada à transparência pública

O curso incorpora os desafios atuais da **Inteligência Artificial aplicada à LAI**, incluindo busca e organização de informações, triagem de pedidos, transparência algorítmica, explicabilidade, vieses, segurança e supervisão humana. Estudos de casos e exercícios resolvidos reforçam a aplicação profissional, tornando a capacitação especialmente relevante para quem busca atualização, segurança jurídica e melhores práticas de transparência e governança pública.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS, TRANSPARÊNCIA E DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Direito Fundamental de Acesso à Informação; Princípios da Publicidade e Transparência; Publicidade como Regra e Sigilo como Exceção; Transparência, Controle Social e Accountability; Governo Aberto e Participação Cidadã.
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – ESTRUTURA, ABRANGÊNCIA E REGULAMENTAÇÃO: Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012; Abrangência da LAI nos Poderes e Entes Federativos; Aplicação da LAI às Entidades da Administração Pública e Entidades Privadas Beneficiárias de Recursos Públicos; Conceitos Legais Fundamentais da LAI; Competências, Regulamentação e Implementação da Lei.
TRANSPARÊNCIA ATIVA, TRANSPARÊNCIA PASSIVA E DADOS ABERTOS: Transparência Ativa e Informações de Divulgação Obrigatória; Transparência Passiva e Serviço de Informação ao Cidadão; Governo Digital e Política de Dados Abertos; Dados em Formato Aberto, Legível por Máquina e Reutilizável; Portais de Transparência, Bases Públicas e Controle Social.
PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO, PRAZOS E RESPOSTAS: Formulação e Requisitos do Pedido de Acesso; Serviço de Informação ao Cidadão e Plataformas Digitais; Prazos e Procedimentos de Atendimento; Resposta, Acesso Integral e Acesso Parcial; Negativa de Acesso e Dever de Fundamentação.
RECURSOS, RECLAMAÇÕES E INSTÂNCIAS DE CONTROLE DA LAI: Recursos contra a Negativa de Acesso; Reclamação por

Omissão ou Descumprimento; Instâncias Recursais Administrativas; Atuação da Controladoria-Geral da União e da Comissão Mista de Reavaliação de Informações; Monitoramento e Efetividade da Lei de Acesso à Informação.

RESTRIÇÕES AO ACESSO E HIPÓTESES LEGAIS DE SIGILO: Limites Constitucionais e Legais ao Direito de Acesso; Sigilos Protegidos por Legislação Específica; Informação Pessoal e Proteção da Intimidade; Segredo de Justiça, Sigilos Legalmente Protegidos e Documentos Preparatórios; Acesso Parcial, Tarjamento e Proteção das Partes Sigilosas.

CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Graus e Prazos de Sigilo; Autoridades Competentes e Termo de Classificação de Informação; Procedimentos de Classificação e Reavaliação; Desclassificação e Expiração do Prazo de Sigilo; Róis de Informações Classificadas e Desclassificadas e Normas Administrativas Aplicáveis.

DEVERES INSTITUCIONAIS, RESPONSABILIDADES E MONITORAMENTO DA LAI: Deveres dos Órgãos e Agentes Públicos; Condutas Ilícitas Relacionadas ao Acesso à Informação; Responsabilização Administrativa, Civil e Demais Consequências Legais; Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação; Governança, Integridade e Avaliação da Transparência Pública.

LGPD, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS NA APLICAÇÃO DA LAI: Compatibilização entre LAI, LGPD e Lei de Governo Digital; Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis; Transparência, Interesse Público, Intimidade e Vida Privada; Anonimização, Tarjamento e Divulgação Parcial de Documentos; Segurança, Compartilhamento e Governança de Dados pelo Poder Público.

JURISPRUDÊNCIA E ENTENDIMENTOS ATUALIZADOS SOBRE ACESSO À INFORMAÇÃO: Jurisprudência do STF e do STJ sobre Transparência e Acesso à Informação; Divulgação de Remuneração e Informações Funcionais de Agentes Públicos; Precedentes sobre Publicidade, Privacidade, Sigilo e Interesse Público; Enunciados e Orientações da Controladoria-Geral da União; Decisões e Entendimentos da Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS À LAI: Inteligência Artificial Aplicada à Transparência Pública; IA na Busca, Organização e Disponibilização de Informações Públicas; IA na Triagem, Classificação e Gestão de Pedidos de Acesso; Riscos de Erros, Vieses, Privacidade, Segurança e Vazamento de Dados; Transparência Algorítmica, Explicabilidade, Supervisão Humana e Uso Responsável da Inteligência Artificial.

ESTUDOS DE CASOS, REVISÃO E EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Estudos de Casos sobre Transparência, Pedidos de Informação e Controle Social; Casos sobre Dados Pessoais, LGPD, Sigilo e Interesse Público; Casos sobre Classificação, Desclassificação, Recursos e Jurisprudência; Exercícios de Revisão sobre LAI, Governo Digital e Inteligência Artificial; Bateria de Exercícios de Fixação Resolvidos e Comentados.